

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. acionistas, a administração da TIM S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras da Empresa, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Empresa encerrou o exercício de 2017 com lucro de R\$101.500 e patrimônio líquido de R\$1.097.412. Os membros da administração agradecem pelo apoio e pela confiança que lhes foi depositada e colocam-se à inteira disposição para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos documentos acima mencionados. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2018.

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	Notas			Notas	2017	2016
	2017	2016	2016			
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	4	198.460	108.012	14	419.069	333.066
Contas a receber de clientes	5	791.378	694.716	15	22.174	21.916
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	6	12.781	12.849	16	8.949	7.784
Impostos e contribuições diretos a recuperar	7	40.526	41.799	17	16.237	20.055
Despesas antecipadas	9	10.660	10.721	19	28.272	38.023
Outros ativos	11	21.308	23.201	19	11.938	13.068
		1.075.113	891.298		16.092	17.157
					522.731	451.069
Não Circulante						
Realizável a longo prazo				15	22.143	43.719
Impostos e contribuições indiretos a recuperar	6	61.524	71.099	8	47.765	108.358
Despesas antecipadas	9	11.956	20.825	20	32.510	34.216
Depósitos judiciais	10	108.361	89.386	19	14.542	25.713
Outros ativos	11	5.750	5.521	18	301.730	301.730
		187.600	186.831		418.690	513.736
					941.421	964.805
Imobilizado	12	699.101	787.554		4.041.956	4.041.956
Intangível	13	77.019	95.131		979	1.076
		963.720	1.069.516		(2.945.523)	(3.047.023)
					1.097.412	996.009
Total do ativo		2.038.833	1.960.814		2.038.833	1.960.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social				Reservas de capital				Prejuízos acumulados				Total			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016		
Saldos em 31 de dezembro de 2015																
Total do resultado abrangente do exercício																
Lucro líquido do exercício																
Total do resultado abrangente do exercício																
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas																
Opções de compra de ações (nota 22)																
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas																
Saldos em 31 de dezembro de 2016																
Total do resultado abrangente do exercício																
Lucro líquido do exercício																
Total do resultado abrangente do exercício																
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas																
Opções de compra de ações (nota 22)																
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas																
Saldos em 31 de dezembro de 2017																

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)
1. Contexto operacional

A TIM S.A ou "Companhia" é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada integralmente pela TIM Participações S.A. ("TIM Participações") – uma empresa do Grupo Telecom Italia.

A Companhia atua na prestação, em todo o território brasileiro, do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") na modalidade local e do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM").

As outorgas para a exploração do STFC e do SCM são por tempo indeterminado e os serviços prestados pela Companhia são regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações ("Anatel").

As decisões operacionais e estratégicas da Companhia são tomadas pelo seu acionista controlador, TIM Participações. Conforme descrito na nota 18, as transações de mútuo entre a TIM Celular e a TIM S.A foram feitas nas condições divulgadas na referida nota. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

Reorganização societária

Em 25 de julho de 2017, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da controladora TIM Participações, projeto de reorganização societária de suas controladas TIM Celular S.A e Intelig Telecomunicações Ltda. ("Intelig"), por meio da incorporação da TIM Celular pela Intelig. Em 6 de setembro de 2017, foi averbado o ato societário de transformação da Intelig para sociedade anônima de capital fechado e alteração de sua denominação social para TIM S.A., primeira etapa do projeto de reorganização. A incorporação mencionada está prevista para o ano de 2018, o que poderá trazer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de possível registro de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social gerados pela TIM S.A., conforme apresentado na Nota 8.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo manifestação em contrário.

a. Critérios gerais de elaboração e divulgação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. A única exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos que são classificados integralmente no longo prazo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Exceto para ativos e passivos registrados pelo valor justo, itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para Reais pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

c. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 10 de abril de 2018.

d. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

i) As seguintes alterações às normas publicadas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017:

Melhorias nas IFRS 2014-2016: Os projetos de melhoria anuais proporcionam ferramenta para fazer alterações não urgentes, mas necessárias nas IFRS, com o objetivo de remover inconsistências e esclarecer certas redações. As alterações relacionadas à IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades, visando esclarecer o escopo da norma, entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, enquanto o resto das melhorias entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. As alterações relacionadas à IFRS 12 não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui participações classificadas como mantidas para venda, mantidas para distribuição ou como operações descontinuadas.

Alterações no IAS 7. Iniciativa de divulgação: As alterações no IAS 7 exigem que as entidades forneçam divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as movimentações nos passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo as movimentações decorrentes dos fluxos de caixa, tais como a emissão e liquidação de empréstimos, e movimentações não-caixa, tais como aquisições não pagas, vendas e diferenças cambiais. A referida divulgação foi considerada pela administração da Companhia, conforme apresentada na Nota 32.

Alterações no IAS 12. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas: As alterações esclarecem os requisitos de reconhecimento de impostos diferidos quando a base tributável de um ativo excede seu valor justo.

As alterações relacionadas com essa norma não têm impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2017.

ii) As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pela CVM, baseada em pronunciamento do CPC.

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros (financial instruments)

Em julho de 2014, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu versão final do IFRS 9, que substituiu o IAS 39/CPC 38 e todas as versões anteriores do IFRS 9, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 48, equivalente ao IFRS 9, em 22 de dezembro de 2016.

Essa nova norma é aplicável para os ativos e passivos financeiros e abrange questões de classificação, mensuração, redução ao valor recuperável (impairment), desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, bem como trata sobre critérios de qualificação e contabilização de hedge.

Em relação a classificação a norma requer que as entidades classifiquem seus ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, com base na avaliação das seguintes premissas:

(i) Modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) Nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Em relação a classificação dos passivos financeiros, a norma mantém substancialmente as exigências estabelecidas pelo IAS 39/CPC 39, sendo que as entidades devem classificar a maioria dos passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, contratos de garantia financeira, compromissos de conceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, dentre outros.

Quanto a redução ao valor recuperável, a nova norma traz o conceito do reconhecimento de perda de crédito esperada, no qual as entidades devem reconhecer uma provisão para perdas esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado.

A Companhia entende que os principais impactos na adoção da nova norma estão relacionados com: (i) documentação do modelo de negócio dos ativos financeiros, o que poderá dar origem a alterações na mensuração e classificação dos ativos financeiros dentre as três categorias possíveis; e (ii) novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, principalmente em relação às contas a receber de clientes, que ocasionará em determinados casos uma antecipação do reconhecimento dessas perdas na mensuração inicial.

Como resultado, a Companhia estima que o impacto da adoção do novo modelo de cálculo para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros resulta em um acréscimo de aproximadamente R\$ 1 milhão nas provisões para créditos de liquidação duvidosa anteriormente reconhecidas pela IAS 39.

IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contrato com cliente (Revenue from Contracts with Customers)

Em maio de 2014, o IASB emitiu o IFRS 15, que substituiu o IAS 18/CPC 30, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A CVM deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 47, equivalente ao IFRS 15, em 22 de dezembro de 2016.

O IFRS 15 (CPC47) estabeleceu princípios a serem aplicados pelas entidades para apresentação de informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com clientes. O princípio fundamental deste pronunciamento consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A entidade deve considerar os termos do contrato e todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar este pronunciamento.

A norma prevê que as entidades devem aplicar este pronunciamento utilizando um dos seguintes métodos:

(i) Retrospectivamente, a cada período anterior, apresentado de acordo com o IAS 8 / CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), sujeito aos expedientes práticos previstos pela norma; ou

(ii) Retrospectivamente, com efeito cumulativo da aplicação inicial deste pronunciamento, reconhecido na data da aplicação inicial.

A Companhia decidiu adotar o IFRS 15 (CPC47) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2018. Portanto, conforme previsto na norma, a Companhia irá reconhecer o efeito cumulativo na data de aplicação inicial da norma como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado). De acordo com esse método de transição, a entidade irá aplicar este pronunciamento retrospectivamente somente aos contratos que não foram concluídos até a data da aplicação inicial. Atualmente, a Companhia oferece pacotes comerciais que combinam basicamente equipamentos com serviços de telefonia fixa, sendo, a receita total de serviços, reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com sua natureza e com base em seus respectivos valores justos.

A Companhia realizou um extenso trabalho de revisão de todas as ofertas comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que possam ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

Como resultado, a Companhia estima que o impacto da adoção da nova norma reduzirá o lucro em aproximadamente R\$1 milhão, desconsiderando os efeitos tributários, substancialmente em decorrência do reconhecimento da receita de instalação pelo período do contrato a que se refere.

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (Leases)

Em julho de 2014, o IASB emitiu o IFRS 16, que substituiu o IAS 17, sendo essa norma aplicável para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A CVM ainda não deliberou pela aprovação do pronunciamento técnico contábil CPC 06 (R2), equivalente ao IFRS 16.

A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, exigindo que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento, exceto contratos de curto prazo, ou seja de 12 meses ou menos, ou contratos em que o

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas		
	2017	2016	2016
Receita líquida de serviços	23	736.137	765.327
Custos dos serviços prestados	24	(571.579)	(565.318)
Lucro bruto		164.558	200.009
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização	25	(53.500)	(51.272)
Gerais e administrativas	26	(42.478)	(45.285)
Outras despesas operacionais, líquidas	27	(13.930)	(18.518)
		(109.908)	(115.075)
Lucro operacional		54.650	84.934
Receitas (despesas) financeiras:			
Receitas financeiras	28	19.347	20.544
Despesas financeiras	29	(7.620)	(13.071)
Variações cambiais, líquidas		6	(96)
		11.733	7.377
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		66.383	92.311
Imposto de renda e contribuição social	30	(35.117)	(18.786)
Lucro líquido do exercício		101.500	73.525
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)		0,03	0,02
Lucro por ação		0,03	0,02

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	101.500	73.525
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	101.500	73.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social		66.383	92.311
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		169.976	170.835
Provisão para processos administrativos e judiciais	20	4.479	680
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	5	8.755	8.205
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		6.388	10.942
Opções de compra de ações – TIM Participações		(97)	219
Atualização monetária sobre depósitos e processos administrativos e judiciais		(4.845)	(4.829)
		251.039	278.363

Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(103.213)	(137.036)
Impostos e contribuições a recuperar		11.094	(27.465)
Despesas antecipadas		8.921	10.642
Depósitos judiciais		(15.466)	(4.164)
Outros ativos		1.784	(788)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas		1.165	216
Fornecedores		85.977	9.152
Impostos, taxas e contribuições		(39.113)	(13.362)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	20	(4.849)	(3.411)
Receitas diferidas		(12.301)	(13.762)
Outros passivos		(4.351)	(3.219)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais **180.687** **95.166**

Atividades de investimentos

Adições ao imobilizado e intangível **(63.413)** **(78.540)**

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento **(63.413)** **(78.540)**

Amortização de financiamentos **(26.826)** **(28.356)**

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos **(26.826)** **(28.356)**

Redução em caixa e equivalentes de caixa **90.448** **(11.730)**

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício **108.012** **119.742**

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício **198.460** **108.012**

Informações suplementares dos fluxos de caixa

2017 2016

Juros pagos 5.055 6.959

Imposto de renda e contribuição social pagos 29.266 27.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ativo subjacente seja de baixo valor. Ainda

jeção foi estimada uma perpetuidade de crescimento nominal dos fluxos de caixa. Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na data-base de apresentação das demonstrações financeiras ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de *impairment*. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação. Condições econômicas adversas podem fazer com que estas premissas sofram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos tangíveis e intangíveis da Companhia foram avaliados para identificação de indicadores de *impairment* e não foi identificada a necessidade de teste de *impairment* (nota 13).

(b) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributário futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (nota 8).

(c) *Provisão para processos judiciais e administrativos*

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 20).

(d) *Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"*

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermédias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados históricos de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

► 4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	2017	2016
Caixa e bancos	582	1.642
Aplicações financeiras de livre disponibilidade: CDB/Compromissadas	197.878	106.370
	198.460	108.012

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia. A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas, incluindo aqueles classificados fora da rubrica de caixa e equivalentes de caixa, é de 99,80% (100,68% em 2016) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

► 5. Contas a receber de clientes

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e se referem às contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações e de uso de rede (interconexão). As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perdas por créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"). Perdas por créditos de liquidação duvidosa foram reconhecidas como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente para fazer face a perdas futuras.

O valor justo das contas a receber é igual ao valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

	2017	2016
Serviços faturados	147.322	148.254
Serviços a faturar ("unbilled")	52.237	60.620
Uso de rede	632.881	523.146
	832.440	732.020
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(41.062)	(37.304)
	791.378	694.716

A movimentação das perdas por créditos de liquidação duvidosa, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como segue:

	2017	2016
Saldo inicial	37.304	31.433
Constituição	8.755	8.205
Baixas	(4.997)	(2.334)
Saldo final	41.062	37.304

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	2017	2016
A vencer	99.011	137.681
Vencidos até 30 dias	6.996	17.332
Vencidos até 60 dias	4.662	8.217
Vencidos até 90 dias	634.557	513.484
Vencidos há mais de 90 dias	87.214	55.306
	832.440	732.020

Os saldos vencidos há mais de 60 dias são representados, em sua grande maioria, pelo montante de aproximadamente R\$650 milhões (2016 – R\$531 milhões), por valores a receber da TIM Celular S.A. (vide nota 31, item (1)).

► 6. Impostos e contribuições indiretos a recuperar

	2017	2016
ICMS	70.702	80.360
Outros	3.603	3.588
	74.305	83.948
Parcela circulante	(12.781)	(12.849)
Parcela não circulante	61.524	71.099

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar de curto prazo referem-se a créditos sobre as operações da Companhia e os de longo prazo são compostos pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).

► 7. Impostos e contribuições diretos a recuperar

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social (i)	27.141	25.270
PIS / COFINS (ii)	10.961	14.003
Outros	2.424	2.526
	40.526	41.799

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social correspondem as antecipações realizadas ao longo do exercício.

(ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se principalmente a créditos sobre bens e serviços utilizados como insumos, conforme legislação pertinente.

► 8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia e aprovadas por sua Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	2017	2016
Impostos diferidos ativos		
Prejuízo fiscal	15.052	-
Base negativa de contribuição social	5.419	-
Diferenças temporárias	-	-
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	13.961	-
Provisão para processos judiciais e administrativos	11.053	-
Provisão para participação dos empregados	1.304	-
Custo atribuído sobre ativo imobilizado	(94.912)	(108.358)
Outros	358	-
	(47.765)	(108.358)
	(47.765)	(108.358)
Parcela imposto passivo diferido		

Provisão para realização de créditos fiscais

Considerando que a Companhia não apresenta histórico de lucro tributável constante e expectativa de lucro tributável futuro suficiente para compensação de prejuízo fiscal e base negativa, não foi reconhecido no exercício a totalidade de créditos tributários disponíveis no montante total de R\$961.441 em 31 de dezembro de 2017 (R\$1.018.812 em 31 de dezembro de 2016).

► 9. Despesas antecipadas

	2017	2016
Swap de rede (*)	20.191	28.932
LANautilus (**)	-	891
Aluguéis e seguros	1.601	1.723
Outros	824	-
	22.616	31.546
Parcela circulante	(10.660)	(10.721)
Parcela não circulante	11.956	20.825

(*) Em 1º de abril de 2010, a TIM S.A. e a GVT firmaram contrato de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (*swap* de rede), visando expandir suas respectivas áreas de atuação. Considerando a substância econômica da transação, o valor foi registrado na conta de despesas antecipadas (circulante e não circulante) em contrapartida à rubrica de receitas diferidas (circulante e não circulante). Ambos montantes são apropriados ao resultado na mesma proporção, durante um período de 10 anos.

(**) Valores relativos ao aluguel de meios (cabo submarino) – nota 31, item (4).

► 10. Depósitos judiciais

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente:

	2017	2016
Cível	11.656	13.771
Trabalhista	33.097	25.466
Tributário	54.430	50.011
Regulatório	111	111
Outros	9.067	27
	108.361	89.386

Cível

Basicamente tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros. Há ainda outra demanda ajuizada por credor da Editora JB/Gazeta Mercantil na qual a TIM S.A. foi envolvida, uma vez que houve entendimento acerca da criação de Grupo Econômico com as empresas pertencentes ao Grupo Docas. Em razão disto, houve determinação de bloqueio nas contas da TIM S.A. A Companhia interpôs agravo de instrumento, o qual não foi provido. Desta decisão a Companhia apresentou embargos de declaração, que foram rejeitados. Aguarda-se decisão sobre o juízo de admissibilidade do recurso especial. Neste caso, o valor depositado em juízo para discussão é de R\$6.046 (R\$5.665 em 31

(a) Movimentação do imobilizado

	Saldo em 2016	Adições (depreciação)	Baixas	Transferências	Saldo em 2017
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	753.151	10.749	-	27.395	791.295
Cabos de fibra ótica	491.086	-	-	15	491.101
Infraestrutura	183.630	-	-	3.029	186.659
Bens de informática	39.742	-	-	882	40.624
Bens de uso geral	36.344	-	-	1.399	37.743
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado Bruto	1.533.622	41.545	-	-	1.575.167

Depreciação acumulada

Equipamentos de comutação / transmissão	(402.556)	(76.113)	-	-	(478.669)
Cabos de fibra ótica	(224.718)	(33.505)	-	-	(258.223)
Infraestrutura	(62.205)	(16.093)	-	-	(78.298)
Bens de informática	(35.608)	(1.412)	-	-	(37.020)
Bens de uso geral	(20.981)	(2.875)	-	-	(23.856)
Total Depreciação Acumulada	(746.068)	(129.998)	-	-	(876.066)
Imobilizado líquido					
Equipamentos de comutação / transmissão	350.595	(65.364)	-	27.395	312.626
Cabos de fibra ótica	266.368	(33.505)	-	15	232.878
Infraestrutura	121.425	(16.093)	-	3.029	108.361
Bens de informática	4.134	(1.412)	-	882	3.604
Bens de uso geral	15.363	(2.875)	-	1.399	13.887
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	20.021	30.796	-	(32.720)	18.097
Total Imobilizado líquido	787.554	(88.453)	-	-	699.101

Saldo em 2015

	Saldo em 2015	Adições (depreciação)	Baixas	Transferências	Saldo em 2016
Custo do Imobilizado Bruto					
Equipamentos de comutação / transmissão	715.676	-	(559)	38.034	753.151
Cabos de fibra ótica	489.495	-	-	1.591	491.086
Infraestrutura	173.720	-	(11)	9.921	183.630
Bens de informática	42.722	-	(3.368)	388	39.742
Bens de uso geral	35.587	-	(121)	878	36.344
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	13.380	57.453	-	(50.812)	20.021
Total Imobilizado Bruto	1.480.228	57.453	(4.059)	-	1.533.622

Depreciação acumulada

Equipamentos de comutação / transmissão	(334.374)	(68.741)	559	-	(402.556)
Cabos de fibra ótica	(191.292)	(33.426)	-	-	(224.718)
Infraestrutura	(46.428)	(15.788)	11	-	(62.205)
Bens de informática	(34.795)	(4.181)	3.368	-	(35.608)
Bens de uso geral	(18.228)	(2.874)	121	-	(20.981)
Total Depreciação Acumulada	(625.117)	(125.010)	4.059	-	(746.068)

Imobilizado líquido

Equipamentos de comutação / transmissão	381.302	(68.741)	-	38.034	350.595
Cabos de fibra ótica	298.203	(33.426)	-	1.591	266.368
Infraestrutura	127.292	(15.788)	-	9.921	121.425
Bens de informática	7.927	(4.181)	-	388	4.134
Bens de uso geral	17.359	(2.874)	-	878	15.363
Terrenos	9.648	-	-	-	9.648
Obras em andamento	13.380	57.453	-	(50.812)	20.021
Total Imobilizado líquido	855.111	(67.557)	-	-	787.554

(b) Taxas de depreciação

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2017, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em 2016	Adições (amortização)	Transferências	Saldo em 2017
Custo do Intangível Bruto				
Direito de uso de <i>softwares</i>	750.978	-	16.154	767.132
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	663	239	-	902
Outros ativos	35	-	-	35
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível Bruto	939.671	21.866	-	961.537
Amortização acumulada				
Direito de uso de <i>softwares</i>	(680.557)	(29.294)	-	(709.851)
Direito de uso passagem de cabos	(163.850)	(10.228)	-	(174.078)
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	(115)	(452)	-	(567)
Outros ativos	(18)	(4)	-	(22)
Total Amortização Acumulada	(844.540)	(39.978)	-	(884.518)
Intangível líquido				
Direito de uso de <i>softwares</i> (c)	70.421	(29.294)	16.154	57.281
Direito de uso passagem de cabos	23.104	(10.228)	-	12.876
Custos com comissões a representantes comerciais diferidas	548	(213)	-	335
Outros ativos	17	(4)	-	13
Ativos intangíveis em desenvolvimento	1.041	21.627	(16.154)	6.514
Total Intangível líquido	95.131	(18.112)	-	77.019

Custo do Intangível Bruto

Direito de uso de <i>softwares</i>	730.139	-	20.839	750.978
Direito de uso passagem de cabos	186.954	-	-	186.954

Em 2017, em conformidade com o IAS 16 (CPC 27), aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos intangíveis e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

(b) Taxas de amortização	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Direito de uso passagem de cabos	5,5
Outros ativos	10

(c) **Direito de uso de software**
Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos. Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software, estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

► 14. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	2017	2016
Moeda nacional		
Fornecedores de materiais e serviços (a)	217.366	151.253
Interconexão e co-billing (b)	200.258	180.438
	417.624	331.691

	2017	2016
Moeda estrangeira		
Fornecedores de materiais e serviços (a)	1.445	1.375
	1.445	1.375
	419.069	333.066

Parcela circulante
(a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.
(b) Refere-se a (i) utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede da Companhia e finalizadas nas outras operadoras; (ii) chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância. Basicamente estes saldos são devidos à TIM Celular (R\$190 milhões), vide Nota 31.

► 15. Financiamentos

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

Descrição	Moeda	Encargos	Vencimento	2017	2016
BNDES (1)	URTLJP	TJLP + 3,32% a.a.	Dez/19	39.774	59.024
BNDES (PSI) (1)	R\$	2,50% a.a.	Dez/19	4.543	6.611
Total				44.317	65.635
Circulante				(22.174)	(21.916)
Não Circulante				22.143	43.719

Garantias

(1) Aval da TIM Participações e recebíveis da TIM Celular
As linhas de financiamento PSI (Programa de Sustentação do Investimento), contratadas junto ao BNDES, referem-se a programas específicos da instituição e possuem taxas de juros menores do que as previstas em operações corriqueiras do BNDES. O saldo correspondente em 31 de dezembro de 2017 ao ajuste referente a subvenção concedida pelo BNDES para a totalidade de linhas do PSI, é de aproximadamente R\$1 milhão, sendo este montante registrado no grupo de "Receitas diferidas" na rubrica de "Subvenções Governamentais" (nota 19) e o diferimento é feito de acordo com a vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no resultado em "Receita de Subvenção" (nota 27). Os financiamentos em 31 de dezembro de 2017 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:
2019 — 22.143
— 22.143

Valor justo dos empréstimos

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características normalmente verificadas nos financiamentos do BNDES. As instituições consideram, além dos retornos de dívida de longo prazo, os benefícios sociais de cada projeto vinculado aos seus financiamentos. Para fins de análise de valor justo, dada a ausência de mercado similar e a necessidade de aderência dos projetos de interesses governamentais, normalmente considera-se que o valor justo do empréstimo é aquele registrado nos saldos contábeis. O valor dos empréstimos das linhas PSI é registrado ao valor justo na data de sua captação e este valor justo é calculado com base na taxa do CDI à época. Se estes valores justos fossem calculados em 31 de dezembro de 2017, as operações de PSI teriam um valor menor do que o saldo apresentado nas demonstrações financeiras em aproximadamente R\$58.

► 16. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

	2017	2016
ICMS	14.908	16.337
ISS	1.122	1.609
Outros	207	2.109
	16.237	20.055

► 17. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. No exercício de 2016 e 2017, a Companhia efetuou o pagamento mensal de imposto de renda e contribuição social, sendo o aumento do passivo relacionado ao resultado superior auferido em 2017.

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social	25.662	31.471
PIS / COFINS	2.479	2.947
Outros	131	3.605
	28.272	38.023

► 18. Partes relacionadas – mútuo

A Companhia (mutuária) possui operações de mútuo intercompany com a TIM Celular S.A. (mutuante), sendo que o saldo sacado em 31 de dezembro de 2017 correspondia a R\$301.730 (R\$301.730 em 2016). Basicamente, os mútuos realizados visam a financiar a necessidade de caixa da TIM S.A. na aquisição de itens dos ativos imobilizados e intangíveis. As operações não envolvem a cobrança de encargos financeiros e possuem vencimento no exercício de 2019.

► 19. Receitas diferidas

	2017	2016
Swap de rede (1)	20.191	28.932
Pagamentos antecipados – aluguel de meios	5.324	8.480
Subvenções governamentais (2)	965	1.369
	26.480	38.781
Parcela circulante	(11.938)	(13.068)
Parcela não circulante	14.542	25.713

(1) Refere-se, principalmente, a contratos de cessão onerosa e recíproca de infraestrutura de fibras óticas (nota 9).
(2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento – BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de dezembro de 2017 é de R\$3 milhões. Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 27).

► 20. Provisão para processos judiciais e administrativos

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de divulgação por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, é composta como segue:

	2017	2016
Cível (a)	7.532	5.966
Trabalhista (b)	6.016	2.022
Tributária (c)	18.932	26.228
Regulatória (d)	30	-
	32.510	34.216

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	2016	Adições, líquidas de reversões	Paga-mentos	Atualização monetária	2017
Cível (a)	5.966	2.357	(2.289)	1.498	7.532
Trabalhista (b)	2.022	2.573	(40)	1.461	6.016
Tributária (c)	26.228	(480)	(2.519)	(4.297)	18.932
Regulatória	-	29	(1)	2	30
	34.216	4.479	(4.849)	(1.336)	32.510

(a) Processos cíveis

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios. A seguir estão resumidos os principais processos:

(a.1) Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$1.765 (R\$892 em 31 de dezembro de 2016) tratam de matérias atinentes principalmente a questionamentos de cobrança e negatização indevidas.

(a.2) Outros

A TIM S.A. é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostos pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) indenizações e (ii) execuções. Os valores envolvidos equivalem a R\$5.761 (R\$5.074 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável/comissões, adicionais legais, horas extras e outras previsões estabelecidas no período anterior ao processo de privatização, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Empresa por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviço contratadas.

Do total de 34 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2017 (21 em 31 de dezembro de 2016) movidas contra a Empresa, tratam-se de demandas que envolvem ex-empregados próprios e de prestadores de serviços. O provisionamento destas causas totaliza R\$6.015 (R\$2.022 em 31 de dezembro de 2016).

(c) Processos tributários

	2017	2016
Tributos Federais	5.914	6.077
Tributos Estaduais	13.018	20.151
	18.932	26.228

A Companhia possui autuações que seus assessores jurídicos externos julgam ser de risco provável de perda. Tais autuações, em sua maioria, referem-se a questões pontuais, de natureza operacional, onde eventual documentação necessária ao suporte do processo não foi integralmente, até a data deste posicionamento, obtida ou cujos procedimentos formais não foram estritamente observados.

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos:

(c.1) Tributos Federais

A provisão para a TIM S.A., relativamente aos tributos federais, suporta três processos que tratam do indeferimento de compensações de tributos federais com saldo negativo de IRPJ e com a CSL de períodos anteriores aos das compensações, totalizando o montante atualizado de R\$ 5.914 (R\$ 6.077 em 31 de dezembro de 2016).

(c.2) Tributos Estaduais

A provisão para a TIM S.A., relativamente aos tributos estaduais, suporta oito processos, destacando-se os valores envolvidos nas autuações que questionam suporte documental para a comprovação de crédito apropriado pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 6.940 (R\$ 14.414 em 31 de dezembro de 2016).

(d) Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas demonstrações financeiras, conforme valores apresentados corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC, a seguir:

	2017	2016
Cível (d.1)	37.862	39.223
Trabalhista (d.2)	102.031	101.481
Tributária (d.3)	490.357	458.648
Regulatória (d.4)	3.698	900
	633.948	600.252

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

d.1. Cíveis

	2017	2016
Ações movidas por consumidores (d.1.1)	15.504	15.203
Procon e Ministério Público (d.1.2)	350	356
Ex- Parceiros comerciais (d.1.3)	205	597
Sócio ambiental e infraestrutura (d.1.4)	6.104	5.326
Ações de cobrança (d.1.5)	10.875	13.841
Outros	4.824	3.900
	37.862	39.223

d.1.1. Ações movidas por consumidores

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços e negatização indevida.

d.1.2. Procon e Ministério Público

A TIM S.A. é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público e Procon decorrentes de reclamações de consumidores, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) supostas violações na cobrança de serviços de valor adicionado; (iii) questionamentos da qualidade do atendimento; (iv) supostas violações às normas que envolvem bloqueio de telemarketing; (v) supostas violações contratuais.

d.1.3. Ex- Parceiros comerciais

A TIM S.A. é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

As variações na quantidade de opções estão apresentadas a seguir:

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2017									
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	75.476	set/22	R\$ 8,10	75.476	-	-	(75.476)	-	-
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	77.618	out/21	R\$ 8,45	-	-	-	-	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	30.700	set/20	R\$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	-	jul/19	R\$ 8,13	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	80.579	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	95.410	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	359.783			75.476	-	-	(75.476)	-	-

Preço médio ponderado do exercício

Em 2017 foram caducadas todas as opções restantes da TIM S.A.

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço de exercício	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
2016									
Plano 2014-2016 – 3ª Outorga	75.476	set/22	R\$ 8,10	-	75.476	-	-	-	75.476
Plano 2014-2016 – 2ª Outorga	77.618	out/21	R\$ 8,45	77.618	-	-	(77.618)	-	-
Plano 2014-2016 – 1ª Outorga	30.700	set/20	R\$ 13,42	30.700	-	-	(30.700)	-	-
Plano 2011-2013 – 3ª Outorga	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 2ª Outorga	80.579	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011-2013 – 1ª Outorga	95.410	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	359.783			108.318	75.476	-	(108.318)	-	75.476

Preço médio ponderado do exercício R\$ 8,10

Os dados significativos incluídos no modelo foram:

Data de outorga	Preço médio ponderado da ação na data da concessão	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$8,31	51,73% a.a	6 anos	11,94% a.a
Outorga 2012	R\$8,96	50,46% a.a	6 anos	8,89% a.a
Outorga 2013	R\$8,13	48,45% a.a	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2014	R\$13,42	44,60% a.a	6 anos	10,66% a.a
Outorga 2015	R\$8,45	35,50% a.a	6 anos	16,10% a.a
Outorga 2016	R\$8,10	36,70% a.a	6 anos	11,73% a.a

O Preço Base da Ação foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

• **Plano 2011-2013 - 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).

• **Plano 2011-2013 - 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.

• **Plano 2011-2013 - 3ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.

• **Plano 2014-2016 - 1ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2014).

• **Plano 2014-2016 - 2ª Outorga** - volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho

d.1.4. Sócio ambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) licenciamento, dentre os quais Licenciamento ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

d.1.5. Ações de cobrança

A Companhia é parte em ações de cobrança que discutem valores a serem pagos à ex-prestadores de serviços em razão de contratos realizados entre as partes.

Dentre tais ações, destaca-se ação de cobrança proposta pela empresa Orolix Desenvolvimento de Software Ltda., perante a 36ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, que pleiteia um valor de R\$8.938 (R\$8.420 em 31 de dezembro de 2016), com fundamento em suposto inadimplemento contratual. A TIM S.A. apresentou sua defesa e atualmente os autos estão em fase pericial. Em fevereiro de 2012 a Orolix apresentou réplica. O processo está em fase de pericia, ainda não tendo sentença de 1ª instância proferida.

(d.2) Trabalhistas

(d.2.1) Reclamações trabalhistas

Do total de 140 reclamações trabalhistas em 31 de dezembro de 2017 (138 em 31 de dezembro de 2016) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços no montante de R\$102.031 (R\$51.319 em 31 de dezembro de 2016).

(d.2.2) Reclamações previdenciárias

Referem-se a notificações fiscais de lançamento de débitos sobre suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre participação nos lucros e resultados; retenção de 11% em contratos de prestação de serviços; falta de recolhimento sobre pró-labore dos dirigentes e falta de preenchimento adequado da Guia de Recolhimento do FGTS – GFIP, além de declaração equivocada na GFIP no valor total R\$43.756 (

	2017	2016
Receita de serviços - Fixa	990.202	1.009.890
Deduções da receita bruta		
Impostos incidentes	(163.283)	(178.209)
Descontos concedidos	(90.782)	(66.354)
	(254.065)	(244.563)
Total da receita líquida	736.137	765.327

24. Custo dos serviços prestados

	2017	2016
Serviços de terceiros	(35.155)	(45.988)
Interconexão e meios de conexão	(279.772)	(253.058)
Depreciação e amortização	(144.653)	(144.054)
Impostos, taxas e contribuições	(5.689)	(5.260)
Aluguéis e seguros	(105.909)	(116.239)
Outros	(401)	(719)
Custo dos serviços prestados	(571.579)	(565.318)

25. Despesas de comercialização

	2017	2016
Pessoal	(33.803)	(32.285)
Serviços de terceiros	(9.504)	(9.743)
Publicidade e propaganda	(145)	-
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(8.755)	(8.205)
Depreciação e amortização	(1.222)	(1.204)
Outras	(71)	165
Total	(53.500)	(51.272)

26. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Pessoal	(7.247)	(9.424)
Serviços de terceiros	(18.492)	(18.029)
Depreciação e amortização	(13.872)	(15.349)
Aluguéis e seguros	(1.446)	(1.362)
Impostos, taxas e contribuições	(401)	(421)
Outras	(1.020)	(700)
Total	(42.478)	(45.285)

27. Outras receitas (despesas), líquidas

	2017	2016
Receitas		
Receita de subvenção, líquida	403	403
Multas sobre serviços de telecomunicações	955	846
Outras receitas	80	36
Total	1.438	1.285

	2017	2016
Despesas		
FUST/FUNTTEL (*)	(8.039)	(7.754)
Impostos, taxas e contribuições	5.563	(340)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	(2.228)	(739)
Outras despesas	(435)	(742)
Total	(5.139)	(9.575)

	2017	2016
Amortização de direito de uso de passagem de cabos	(10.229)	(10.228)
Total	(15.368)	(19.803)

Outras receitas (despesas), líquidas (13.930) (18.518)

(*) Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

28. Receitas financeiras

	2017	2016
Juros sobre aplicações financeiras	13.284	13.511
Juros de clientes	2.259	847
Atualização monetária	3.688	6.019
Outras receitas	116	167
Total	19.347	20.544

29. Despesas financeiras

	2017	2016
Juros sobre financiamentos	(4.978)	(6.900)
Juros sobre impostos e taxas	(67)	(54)
Atualização monetária	799	(1.982)
Fianças	(1.832)	(2.466)
Outras despesas	(1.542)	(1.669)
Total	(7.620)	(13.071)

30. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do exercício	(18.759)	(23.033)
Contribuição social do exercício	(6.903)	(8.438)
Total	(25.662)	(31.471)

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	44.554	9.096
Contribuição social diferida	16.039	3.275
Total	60.593	12.371

	2017	2016
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	186	314
Total	35.117	(18.786)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	66.383	92.311
Alíquota fiscal combinada (%)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(22.570)	(31.386)
(Adições) / exclusões:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias reconhecidas e/ou utilizados no exercício	57.371	12.054
Outros	316	546
Total	57.687	12.600

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do exercício	35.117	(18.786)

31. Transações com Grupo Telecom Itália

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Itália são os seguintes:

	Ativo	
	2017	2016
TIM Celular (1)	661.626	554.835
TIM Celular (2)	11.521	11.489
TI Participações (3)	3.789	3.789
TI Sparkle (4)	1.544	2.471
TIM Brasil (3)	126	126
Total	678.606	572.710

	Passivo	
	2017	2016
TIM Celular (5)	301.730	301.730
TIM Celular (6)	279.614	226.647
TI Participações (3)	1.875	3.212
TI Sparkle (4)	3.471	4.126
Italtel (7)	-	240
TIM Brasil	16	16
Total	586.706	535.971

	Receita	
	2017	2016
TIM Celular (1)	251.557	244.205
TI Sparkle (4)	691	1.628
Total	252.248	245.833

	Custo/Despesa	
	2017	2016
TIM Celular (6)	45.172	50.081
TI Sparkle (4)	6.044	11.162
Total	51.216	61.243

- Refere-se a interconexão/cessão de meios (R\$629 milhões em 2017 e R\$522 milhões em 2016) e serviços de valor adicionado - VAS (R\$33 milhões em 2017 e R\$33 milhões em 2016).
- Referem-se a valores a receber da TIM Celular relativos à reestruturação das atividades da TIM S.A. (descontinuidade das atividades de longa distância). Há valores adiantados a fornecedores e funcionários cujas operações/atividades foram transferidos à TIM Celular. Tais valores serão reembolsados para a TIM S.A.
- Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.
- Valores relativos ao aluguel de meios (cabo submarino) e a fibra óptica apagada.
- Refere-se a mútuos contratados junto à TIM Celular (vide nota 18).
- Refere-se basicamente a operações de interconexão e co-billing.
- Os valores referem-se ao desenvolvimento e manutenção de softwares utilizados no faturamento de serviços de telecomunicações.

Os saldos dos contratos de interconexão, aluguel de meios e VAS estão registrados nas contas patrimoniais de contas a receber e fornecedores e nas contas de resultado de receitas de serviços e custos de serviços prestados. O saldo do mútuo contratado junto à TIM Celular encontra-se registrado em conta específica, no passivo não circulante. Os saldos a receber e a pagar em relação à TIM Participações S.A. encontram-se nas contas de outros ativos e outros passivos.

32. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Risco de mercado
O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros, incluindo o risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço. Por ser uma empresa não financeira, a Companhia adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

(ii) Riscos de variações cambiais
Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. A Companhia entende que esse risco é baixo. Não foram contratados instrumentos financeiros de proteção.

(iii) Risco de liquidez
A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa e disponibilidades de captação por meio de operações de mútuo com parte relacionada suficientes para manter a capacidade de liquidar suas obrigações.

(iv) Risco de crédito inerente à prestação de serviços
O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas ou receitas de serviços prestados em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	
	2017	2016
31 de dezembro de 2016		65.635
Ingressos	-	-
Encargos financeiros	5.508	-
Variações cambiais, líquidas	-	-
Pagamentos	(26.826)	-
31 de dezembro de 2017	44.317	

33. Seguros (não auditado)

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$5.689
Responsabilidade Civil Geral - RCG	R\$80.000
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais

34. Compromissos

Aluguéis
A Companhia aluga equipamentos e imóveis por meio de diversos contratos de aluguel com vencimento em diferentes datas. Seguem abaixo os pagamentos mínimos futuros relacionados a esses contratos de aluguel:

Ano	Valor
2018	110.391
2019	115.083
2020	119.686
2021	124.474
2022	129.453
Total	599.087

DIRETORIA

Pietro Labriola - Diretor Presidente e Chief Operating Officer
Adrian Calaza - Chief Financial Officer
Bruno Mutzenbecher Gentil - Purchasing & Supply Chain Officer

Mario Girasole - Regulatory and Institutional Affairs Officer
Jaques Horn - Diretor Jurídico
Leonardo de Carvalho Capdeville - Chief Technology Officer

CONTADORA RESPONSÁVEL

Manoela de Paiva Suassuna
CRC RJ - 102467/O-5 - CPF 806.902.117-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Tim S.A. (anteriormente Intelig Telecomunicações Ltda.)

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Tim S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tim S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de ênfase - Transações com partes relacionadas
Chamamos atenção para as Notas 1 e 18 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia mantém contratos de mútuo em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Dessa forma, essas demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Alexandre Fermino Alvares
Contador
CRC 1SP211793/O-5